



PROJECTO EUROPA

Nº 17 - Maio 1993

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

POLITICA EUROPEIA DE AMBIENTE EM DEBATE

CARLOS PIMENTA: OS FUNDOS COMUNITÁRIOS DEVEM VALORIZAR E NÃO SERVIR PARA DESTRUIR O AMBIENTE

A sessão plenária de Abril do Parlamento Europeu foi dominada pelas questões colocadas pela Comissão do Meio Ambiente ao Conselho e à Comissão Executiva sobre a política europeia de ambiente.

A Comissão de Ambiente do PE pretende a integração da vertente ambiental em todas as outras políticas comunitárias, bem como a imputação dos respectivos custos, e considera que prevenção revela-se mais adequada do que qualquer forma de reparação de uma disfunção ambiental.

Intervindo no debate, o deputado social democrata Carlos Pimenta criticou a forma como está a ser implementada a política comunitária de ambiente, afirmando que é inaceitável que os regulamentos dos fundos estruturais não sejam mais exigentes no que se refere à dimensão ambiental.

Denunciando que continuam a ser aprovados projectos com estudos ambientais imperfeitos, Carlos Pimenta afirmou que “não se pode admitir que a Comunidade pague para que não se cumpra a política comunitária de

ambiente e que continuem a ser destruídas as condições naturais da Europa utilizando os fundos comunitários”.



Carlos Pimenta criticou também o impasse quanto à localização da futura Agência Europeia do Ambiente, afirmando ser lamentável “que a Comunidade Europeia ainda não disponha de um sistema de monitorização e fiscalização do ambiente na Europa”.

Abordando a cooperação internacional, o deputado português considerou igualmente lamentável que “a dimensão ambiental esteja ausente dos acordos de cooperação com as repúblicas da antiga União Soviética”. Carlos Pimenta perguntou se alguém “tem dúvidas de que nas repúblicas da antiga URSS se vive em situação de catástrofe ecológica, com muitas regiões onde a esperança de vida dos cidadãos não ultrapassa os 54 anos, devido a causas ambientais (contaminação química e radiológica)”.

MARGARIDA SALEMA E O ENCONTRO DE MULHERES AUTARCAS

A Deputada Margarida Salema considerou que, dada a proximidade das eleições autárquicas, é tempo oportuno para insistir, principalmente junto dos partidos políticos, para que não deixem de incluir mulheres nas suas listas. Para Margarida Salema “só um número significativo de mulheres como candidatas autárquicas poderá atestar a

plena compreensão e aplicação por parte do poder em Portugal de uma democracia local paritária”. Considerou que a igualdade de oportunidades “não deve ser um mero princípio programático, constitucional e legal mas muito mais uma realidade prática da mulher como cidadã e munícipe. Não

boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

DIREITOS DO HOMEM, DEMOCRACIA E ESTABILIZAÇÃO DA AFRICA AUSTRAL - GRANDES TEMAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA PARITÁRIA ACP/CEE

A Assembleia Paritária ACP/CEE reuniu no início de Abril em Gaborone, no Botswana, tendo aprovado um importante documento sobre a "Democracia, Direitos do Homem e desenvolvimento nos países ACP".

Intervindo neste debate, o Vice-presidente da Assembleia Paritária, deputado José Mendes Bota, denunciou a atitude de certos países ACP que denominou de "núcleo duro", que forcem os outros países ACP a agirem em bloco contra certas propostas feitas no relatório de do Parlamento Europeu.

Mendes Bota convidou a Assembleia a reflectir sobre o facto de os intérpretes destas manobras não serem parlamentares e de ocuparem o próprio lugar que deveria competir aos parlamentares dos respectivos países. Agindo como um bloco hermético, os países ACP inviabilizam toda e qualquer posição que não seja do agrado ou da conveniência do núcleo duro da sua representação. Para o deputado português não é sustentável fazer crer na unanimidade de interesses de 69 países, com situações económicas e sociais tão diversificadas e com sistemas políticos que vão da ditadura militar à democracia representativa. Mendes Bota perguntou ainda que "moral poderemos ter para vir aqui pregar a democracia ligada ao desenvolvimento, enquanto nós próprios não dermos o exemplo de ser o próprio espelho do edifício democrático e dos valores que queremos inspirar em todo o lugar onde ainda reste um ditador, ou onde a opressão e a falta de liberdade sejam a lei e a regra geral".

A Assembleia Paritária aprovou várias moções políticas de que destacamos a relativa a Timor-Leste, na qual "mais uma vez reafirma que o povo de Timor-Leste deve exercer o seu direito à autodeterminação", denuncia o carácter ilegítimo do processo judicial contra o líder da resistência, Xanana Gusmão, e solicita a todos os países que suspendam a venda de armas à Indonésia e exijam deste país o respeito pelo Direito Internacional e pelos Direitos do Homem.

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO GRUPO EUROPEU DO PSD EM COIMBRA: "PORTUGAL NA UNIAO EUROPEIA"

Promovido pelo eurodeputado Manuel Porto, em colaboração com a JSD da zona centro, realizou-se em Coimbra um importante seminário, subordinado ao tema genérico "Portugal na União Europeia".

A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro Fernando Nogueira e a de encerramento pelo Presidente da Assembleia da República, António Barbosa de Melo. Participaram ainda o Vice-Presidente do PE, António Capucho, o Comissário J. Deus Pinheiro, o Presidente do Tribunal de 1ª Instância, Cruz Vilaça, o Presidente da JSD, P. Passos Coelho, o Ministro das Finanças Braga de Macedo, o Secretário de Estado para os Assuntos Europeus, Vitor Martins, o empresário Belmiro de Azevedo, o Presidente da Comissão Distrital de Coimbra do PSD, J. Calvão da Silva, o Presidente da Fundação Luso-Americana, Rui Machete e os eurodeputados Francisco Lucas Pires e Manuel Porto. Na sessão de abertura, Fernando Nogueira salientou que "a decisão final do que vai ser o terceiro milénio para Portugal cabe-nos a todos."

O Comissário J. de Deus Pinheiro, ao intervir no módulo sobre "os cidadãos e a União Europeia" defendeu que a "Europa tem de ser criada, não através de valores abstractos, mas de dados objectivos" e que "na construção europeia não há apenas certezas nem aspectos positivos, existem também desvantagens e inconvenientes".

Deus Pinheiro defendeu "uma Europa transparente, onde tudo seja debatido" e prometeu, enquanto comissário, "não abdicar da verdade e da humildade". Cruz Vilaça considerou que "a grande virtude em torno dos processos de ratificação do Tratado de Maastricht consistiu em ter despoletado a discussão sobre a Europa."

BEI CONCEDE A PORTUGAL 39 MILHÕES DE CONTOS PARA A ENERGIA, OS TRANSPORTES E A INDÚSTRIA

O Banco Europeu de investimentos concedeu a Portugal quatro empréstimos no total de 39 milhões de contos (220,4 milhões de ecus) para financiar infraestruturas de transportes, telecomunicações e energia e um projecto industrial.

Na indústria, foram concedidos 17,77 milhões de contos à Volkswagen/Ford, para a nova fábrica de Palmela. A Administração dos Portos de Setúbal e de Sesimbra (APSS) recebeu 1,4 milhões de contos para a construção no Porto de Setúbal de um terminal para a exportação de veículos construídos na fábrica de Palmela.

No domínio das telecomunicações, 13 milhões de contos destinam-se aos TLP - Telefones de Lisboa e Porto para a modernização e extensão de rede telefónica nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A Brisa - Auto-estradas de Portugal, SA recebeu 7 milhões de contos para a conclusão de diversos lanços de auto-estrada no centro e no norte do país.

António Capucho, sobre a situação em Angola

“Em Novembro passado e a propósito de um projecto de resolução sobre Angola, tive a oportunidade de referir neste Plenário:

“... seria lamentável que o Parlamento Europeu não afastasse a tentação maniqueísta de responsabilizar apenas uma das partes pelos lamentáveis incidentes e confrontos violentos ocorridos na sequência dos actos eleitorais. Ora, proposta de resolução comum em apreço, de uma forma subtil, cai nesse erro grosseiro (...). Esta postura parcial é negativa e nada tem de construtivo”.

A situação repete-se hoje na resolução comum em apreciação”

Manuel Porto, sobre as PME

“Sem estar em causa a necessidade de haver grandes empresas em alguns sectores - há aliás sinergias entre os dois tipos de empresas - reconhece-se que é de facto insubstituível o contributo que as unidades de menor dimensão são capazes de proporcionar na produção e na criação de emprego. Com a sua diversidade e a sua flexibilidade, dando expressão a múltiplas formas de iniciativa e participação, acabam em muitos casos por ser mesmo os elementos-chave de modernização das economias, com capacidade de resposta num mundo de concorrência cada vez mais exigente.”

Marques Mendes, sobre a formação profissional

“Se a formação profissional é extremamente importante e indispensável para os seus beneficiários imediatos, os trabalhadores, ela não é menos importante para as empresas, os seus beneficiários mediatos. E assim, ela diz directamente respeito a toda a comunidade, já que é da simbiose dos interesses e das aptidões daqueles e destas que advirá a criação de riqueza e a sua melhor distribuição. Daí que não possa deixar de reafirmar a necessidade de um real e crescente envolvimento dos parceiros sociais

discurso directo

no que concerne às políticas de formação profissional e a tudo quanto a esta diga respeito, bem como de uma activa participação das empresas.”

José Mendes Bota, sobre a liberdade religiosa na Grécia

“A infeliz iniciativa do governo grego, de pretender conhecer o espectro religioso em que se movem os seus cidadãos, através da sua menção obrigatória nos Bilhetes de Identidade, não é apenas uma medida sem paralelo nos países da Comunidade de que faz parte e que vai contra o sentido da corrente histórica. É um precedente grave que, a ser levado à prática, coloca em

causa o próprio conceito de cidadania europeia, à luz da qual todos os europeus se reconhecem num quadro comum de valores, de deveres e de direitos.

E é um destes direitos que é aqui seriamente posto em causa.”

Virgílio Pereira, sobre o Comité das Regiões

“Para já, deseja-se que o Comité das Regiões seja constituído por membros com legitimidade democrática e, por isso, terem sido eleitos para as instituições regionais e locais. Deverá, também, manter-se um equilíbrio entre as suas componentes regionais e locais.

O Comité das Regiões deve ser um elemento de aproximação entre as instituições europeias e os Povos da Comunidade.

Poderá ser uma oportunidade impar de fazer participar as populações, de forma mais eficaz, na vida da Comunidade Europeia.”

Vasco Garcia, sobre a pesca

“Nalgumas lotas do meu país, assiste-se por vezes a situações inconcebíveis, com o peixe vendido a um preço e a ser revendido pouco depois pelos intermediários a preços 3 e 4 vezes superiores. A culpa é muitas vezes lançada sobre a importação de produtos de pesca de países terceiros, a preços mais baixos. Mas, por outro lado, quando se pretende proteger os interesses das frotas comunitárias, surgem de todo o lado obstáculos.”

Vitor Martins com Deputados europeus

O Secretário de Estado para os Assuntos Europeus, Vitor Martins, reuniu no passado dia 21 de Abril, com os deputados portugueses ao Parlamento Europeu para uma troca de impressões sobre os principais dossiers europeus.

Manuel Porto interroga Conselho e Comissão sobre relações CEE / MERCOSUL

Salientando que tem vindo a reconhecer-se a necessidade de reforçar a cooperação com o MERCOSUL - em que se integra o Brasil e que abrange 45% da população da América Latina e metade do seu Produto Interno Bruto - o deputado social

democrata Manuel Porto dirigiu perguntas ao Conselho e à Comissão no sentido de saber que diligências estão previstas na sequência do encontro a nível ministerial que teve lugar durante a presidência portuguesa.

Em resposta, o Conselho informou que, na sequência de uma sugestão da delegação portuguesa, está já agendado um segundo encontro ministerial, que decorrerá à margem da Conferência Ministerial CEE-Grupo do Rio, em Copenhaga.

Por sua vez, a Comissão informou que o acordo CEE/MERCOSUL prevê o funcionamento de um comité consultivo conjunto, que está a debater a cooperação em três domínios prioritários: agricultura, normas técnicas e alfândegas.

Margarida Salema preside a Encontro Internacional

A eurodeputada do PSD, Margarida Salema, presidiu à sessão plenária do "Encontro Internacional sobre Democracia e Direitos Humanos": papel das mulheres num mundo interdependente, promovido pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa.

Neste encontro, que contou com cerca de

80 participantes, metade dos quais provenientes do hemisfério Sul, foram discutidas e votadas várias resoluções sobre os seguintes temas: valores tradicionais e modernidade; ambiente e desenvolvimento; interdependência económica e solidariedade; informação e representação: voz e imagem das mulheres nos "meia".

Mendes Bota em Moçambique

O Deputado Europeu do PSD, José Mendes Bota, integrou uma delegação de cinco membros do Parlamento Europeu que se deslocou a Moçambique com a missão de explorar e avaliar as possibilidades e modalidades de cooperação da Comunidade no processo de paz.

A delegação do PE manteve várias reuniões com as autoridades governamentais, em Maputo, tendo-se deslocado à Gorongosa, onde reuniu

com os dirigentes da RENAMO e, nomeadamente, com o seu Presidente Afonso Dlakhamá.

Comissário Deus Pinheiro no PE: é preciso dizer a verdade aos cidadãos

João de Deus Pinheiro participou recentemente numa reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, consagrada aos mecanismos de informação e de consulta no domínio da política externa e de segurança comum (PESC), prevista no Tratado de Maastricht. Afirmou que a Europa "atravessa uma fase de transição" caracterizada pela recessão económica, pelas dificuldades ligadas à ratificação do Tratado de Maastricht e pela conclusão das negociações do GATT.

Segundo o Comissário português "os cidadãos europeus querem mais Europa, mas querem também uma Europa melhor".

Para João de Deus Pinheiro "não é fácil explicar ao grande público o que é a PESC, ou os mecanismos previstos pelo Tratado de Maastricht (...) mas, para progredirmos, só temos uma alternativa: dizer a verdade aos cidadãos e reservar a confidencialidade para os casos onde ela seja estritamente necessária".

Vasco Garcia: mudar a PAC não é só baixar preços e limitar produções.

Na sequência de um ano agrícola em que a seca assolou variadas regiões da Comunidade e em que os agricultores viram os preços dos seus produtos baixar, a Comissão apresentou o pacote de propostas de fixação dos preços agrícolas para a campanha de 1993-94, com a intenção de dar cumprimento às decisões tomadas no ano passado em matéria de reforma da PAC.

O Parlamento Europeu, no relatório que aprovou relativo a esta matéria, considera que o congelamento dos preços acarretará uma baixa dos rendimentos dos agricultores, devido à acção conjunta de inflação e da diminuição proposta de certas ajudas. Os produtos não abrangidos pela reforma, tais como o vinho, açúcar, frutas, legumes, azeite e arroz, serão os mais afectados. Por isso o Parlamento tentou corrigir esta situação, procurando reequilibrar os rendimentos dos agricultores, sobretudo nos sectores não abrangidos pela reforma da PAC.

Para o deputado do PSD, Vasco Garcia, "para analisar correctamente esta proposta de preços agrícolas para 1993/94, convém ver o que sucedeu aos preços reais dos produtos agrícolas em 1992. E o que aconteceu foi que os preços baixaram, em média, 7,9%, incidindo as descidas particularmente sobre os produtos de origem vegetal". Segundo Vasco Garcia "não surpreende ninguém que face a esta situação, o rendimento dos agricultores comunitários tenha baixado em média 1,6% no ano passado."

Interrogando-se sobre o que se estaria à espera para explicar aos produtores agrícolas que mudar a PAC não é só baixar preços e limitar produções, Vasco Garcia afirmou-se descrente de um sistema que propõe três tipos diferentes de ajuda à produção de azeite, ou que mantém disparidades de 1 para 34 nas capitações do FEOGA-Garantia, ou ainda que afecta duramente 67% das explorações agrícolas. Vasco Garcia apoiou as emendas propostas pela Comissão de Agricultura, "que tendem a repor um pouco de equilíbrio" mas afirmou-se consciente de "que é pouco" e que "maus dias esperam a agricultura comunitária, enquanto não forem tomadas as medidas de fundo para reformar as bases da própria PAC."

breves

PROJECTO EUROPA

rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles